
CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

ATA N.º 05/2022

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e quarenta minutos, reuniu em sistema misto [presencial, na Sala de Reuniões do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) e a distância, através da plataforma Zoom]), o Conselho Geral do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém), presidido pelo seu Presidente, Hermínio Martinho, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1. Apresentação da Proposta de Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2021, apreciação dos pareceres elaborados e aprovados sobre o assunto pelo Conselho Consultivo de Gestão e pelos Membros Externos e votação do Relatório.
2. Apresentação da Proposta de Conta Anual Consolidada referente ao ano de 2021, apreciação dos pareceres elaborados e aprovados sobre o assunto pelo Conselho Consultivo de Gestão e pelos Membros Externos e votação da Conta.

Estiveram presentes:

Hermínio Martinho (Presidente do Conselho Geral), Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, João Moutão, António Mourão Lourenço, Marília Henriques, Regina Ferreira, Maria do Céu Martins, Maria do Céu Roldão, Cristina Novo, Nuno Jorge, João Nascimento, Teresa Coelho e Leonor Teixeira.

Faltaram à reunião: Pedro Sequeira, Vânia Neto, Miguel Castanho, Nuno Russo (ausência justificada), Pedro Ribeiro, Paulo Rosa (ausência justificada), António Vicente (ausência justificada), Ricardo Roque, Miguel Ferreira e Beatriz Claudino.

Individualidades convidadas: o Administrador do IPSantarém, Dr. António Marques e a Administradora dos Serviços de Ação Social (SASIPS), Professora Isabel Barroso.

Participou, ainda, na reunião, Maria Feliciano Cardoso, designada para dar apoio aos trabalhos do Conselho Geral, em apoio ao Secretário eleito.

Verificada a existência de Quórum, o Presidente do Conselho Geral deu início à sessão:

Ponto 1 da OT – “Apresentação da Proposta de Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2021, apreciação dos pareceres elaborados e aprovados sobre o assunto pelo Conselho Consultivo de Gestão e pelos Membros Externos e votação do Relatório”.

A proposta de **Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2021** foi apresentada pelo Senhor Presidente do IPSantarém [coadjuvado pela Senhora Administradora dos Serviços de Ação Social (SAS-IPSantarém)], tendo, para o efeito, referido que:

- a) Na missão ensino, a instituição disponibilizou cerca de 53 ciclos de estudos, o que permitiu um crescimento do Instituto refletido, também, no número de vagas (2000) de TeSP, licenciaturas e mestrados. Este crescimento representou também um incremento ao nível de novos estudantes fazendo com que hoje, o Instituto já se situe perto dos 4500 estudantes sendo o número mais elevado de sempre, o que pode qualificar-se como sendo um aspeto positivo do ano, relativamente à missão ensino.

- b) No domínio da investigação e desenvolvimento, a dezembro de 2021, o IPSantarém tinha em curso um total de 49 (quarenta e nove) projetos financiados, sendo, também, de registar uma evolução positiva na componente que respeita à divulgação da investigação, publicação científica de artigos científicos com impacto, em revistas internacionais, que reputa como o resultado da aposta feita na acreditação dos centros de investigação, como o CIEQV que teve financiamento este ano, do qual já se estão a retirar resultados. Realçou, ainda, estes resultados face à resposta que se impunha às observações que a A3ES vinha apontando ao Instituto (a necessidade de fazer mais investigação) e também devido à componente da ligação à comunidade, que tem vindo a ser evidenciada na parte relacionada com a inovação, com os projetos de intervenção na comunidade e que tem vindo a crescer, sendo revelador da importância que esta ligação pode ter ao nível do desenvolvimento da região.

- c) A internacionalização marcou passo, muito, em parte, devido, ainda, aos efeitos decorrentes da situação de pandemia que marcou, de forma clara, a parte do início do ano letivo, sendo que, neste momento há indícios de uma forte recuperação. No que respeita aos Estudantes Internacionais, já em setembro/outubro houve um incremento, face aos outros anos.

- d) Face aos dados disponíveis a avaliação que faz é a de que há um crescimento das atividades nestas diferentes áreas.

Ainda quanto à atividade dos serviços, o Presidente do IPSantarém passou a palavra à senhora Administradora dos Serviços de Ação Social (SAS-IPS) para que desse conta das atividades desenvolvidas nos serviços que dirige, o que fez, referindo que:

- a) O ano de 2021, foi o ano em que assumiu funções nos SAS e que se limitou a executar um Plano de Atividades em desenvolvimento, tendo sido um ano, ainda, muito marcado pela Pandemia, com os serviços a funcionarem em teletrabalho, o que se refletiu na atividade desenvolvida pelos SAS, designadamente, ao nível da receita cobrada que registou uma forte contração.
- b) Foi um ano difícil para os dois setores que marcaram, de forma decisiva a atividade dos SAS – a alimentação e o alojamento, por serem as duas grandes fontes de receita.
- c) Os efeitos da Pandemia fizeram-se sentir, também, quer ao nível da execução do Projeto SAMA+ Social, chegando, mesmo a comprometer a sua execução, o que apenas não sucedeu porque se conseguiu um alargamento do prazo do projeto, que englobava outros Institutos [Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)]; quer, ainda, ao nível da alimentação, cujo contrato celebrado com a empresa se veio a revelar bastante ruinoso para o Instituto, sobretudo em época de Pandemia em que o retorno, praticamente, não existiu.
- d) Ainda assim, regista alguma recuperação, facto demonstrado nos documentos apresentados.

Terminada a apresentação, a Senhora Administradora dos SAS disponibilizou-se para responder a eventuais dúvidas, esclarecimentos ou outros que os presentes entendessem necessários.

Ponto 2 da OT – “Apresentação da Proposta de Conta Anual Consolidada referente ao ano de 2021, apreciação dos pareceres elaborados e aprovados sobre o assunto pelo Conselho Consultivo de Gestão e pelos Membros Externos e votação da Conta”.

No tocante à componente mais financeira, consubstanciada na **Conta Anual Consolidada do Instituto relativa ao ano de 2021**, o Senhor Presidente do IPSantarém, Professor João Moutão deu conta que o valor total da receita gerada em 2021 andou perto dos 23 milhões de euros, o que representa um crescimento de quase 10%, em relação ao ano anterior (mais 2 milhões de euros), pese embora a quebra verificada ao nível das receitas do Orçamento do Estado e da receita proveniente das propinas, decorrente da redução do máximo legal determinada pela Assembleia da República. Ainda assim, e apesar do OE ter diminuído as verbas atribuídas ao IPSantarém (algo que noutras instituições foi aumentado), e apesar da redução das receitas das propinas foi possível reduzir o valor que historicamente transita de

ano, sendo, todavia, pago no tempo devido, isto é, até ao limite legalmente fixado para o efeito.

Referiu, ainda, a respeito da tão discutida sustentabilidade orçamental, que foi possível acomodar toda a despesa ocorrida, pelo aumento das receitas noutras fontes de financiamento que cresceram cerca de 57% (os projetos que são financiados). Da análise dos documentos disponibilizados pode ver-se que o impacto do OE no Orçamento Global do Instituto representa apenas 58%. Ou seja, uma Instituição pública em que o financiamento que lhe é atribuído tem um peso de apenas 58% da sua receita global, quando noutras instituições da mesma área a participação do OE é de 80%, 85%.

Quanto à despesa, referiu que a mesma se cifrou na ordem dos 2 milhões de euros e respeitam, sobretudo, a despesas de funcionamento, de execução de projetos, onde há financiamentos para executar. Neste momento, a instituição tem, face às necessidades que sente e o peso da despesa a que tem de acorrer, uma gestão para o dia a dia.

Relativamente, às despesas executadas informou que (a) as mesmas foram, aproximadamente, de 21 milhões de euros, dos quais 81% correspondem à massa salarial; (b) ainda assim, houve uma redução de 2%.

Neste sentido, a diferença entre o total das despesas de funcionamento e pessoal, face às receitas, é de 1 milhão e 890 mil euros, sendo este o valor que transita para o ano de 2022, Este valor respeita à construção da residência de estudantes de Rio Maior, a instituição recebeu este valor em 2021, que transita para 2022. Neste momento, a residência já está a ser construída com base neste saldo.

Para terminar, apresentou, ainda, algumas perspetivas futuras para 2022, dando conta que é esperado que o Instituto possa ter um aumento de 2% no Orçamento do Estado, face a 2021. Isto faz com que em 2022 se tenha o mesmo orçamento que se tinha em 2019. E isso significa que a instituição acomodou, na sua gestão, aquilo que eram reforços que tinha todos os anos, não tendo mais reforços da gestão, mas isso foi uma questão histórica de erros da parte da Direção de Acompanhamento que integra a tutela.

Já, quanto à perspetiva futura, refere a expectativa de ver alterada a fórmula de financiamento das Instituições de Ensino Superior e, ainda, a oportunidade que pode decorrer dos Projetos, no âmbito do PRR e do Portugal 2030, para captação de receita.

Em termos de perspetiva futura, a Senhora Administradora dos SAS, Professora Isabel Barroso referiu, (a) a implementação e desenvolvimento dos serviços de saúde e acompanhamento psicopedagógico; (b) a criação de um Serviço de Saúde Ocupacional, (c) a promoção do desporto e cultura; (d) a melhoria dos serviços de alimentação e (d) a reabilitação dos espaços destinados ao alojamento dos estudantes.

Ainda sobre estes documentos, o Presidente do IPSantarém informou os presentes que os mesmos foram objeto de parecer favorável, do Conselho de Gestão, do Conselho Consultivo de Gestão e do Fiscal Único. Relativamente ao parecer do Fiscal Único, precisou, face às reservas apresentadas e depois de reunião tida com o mesmo, que algumas das reservas advêm de o Instituto ter tido que alterar procedimentos, o que deixou a análise sem elementos de comparação. Para uma melhor explicação foi solicitada permissão para que o Dr. António Marques, Administrador do Instituto, esclarecesse melhor as questões suscitadas pela Fiscal Único, que tendo sido dada pelo Conselho Geral, fez com que o Presidente do Instituto lhe passasse a palavra.

Relativamente às reservas levantadas pelo Fiscal Único, o Senhor Administrador esclareceu que as mesmas se consubstanciam em aspetos técnicos. Com efeito, estas reservas, apesar de terem sido expressas num parecer de certificação de contas, não impediram que o Fiscal Único desse o seu parecer favorável e fizesse a certificação de contas e isto porque se tratam de aspetos que têm muito a ver com a contabilização das receitas e das despesas, sendo que muitas coisas nem sequer têm a ver com a conta de 2021, mas que são suscitadas, desde logo porque ainda não estão resolvidas.

Quanto à 1.^a reserva: tem a ver com o património imobiliário. O património imobiliário do Instituto é, na sua grande maioria, com exceção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM), um património que está cedido pelo Estado, estando a decorrer o processo de regularização extraordinária de todo o património que, tendo sido cedido pelo Estado, se encontra afeto ao desenvolvimento da atividade do IPSantarém. Este processo encontra-se a decorrer, mas ainda não está concluído. Depois, em 2009, por força da exigência do Tribunal de Contas, o IPSantarém fez uma avaliação de todo o património imobiliário, fazendo-lhe corresponder um valor (a cada imóvel) que foi inscrito na contabilidade através das amortizações, portanto, os edifícios têm um ciclo de vida útil e em função do valor que lhe foi atribuído, esse valor é, depois, repartido pelo ciclo de vida útil, 25 anos, 30 anos, de acordo com o tipo de edifícios. E é refletido na contabilidade essa amortização. O que aconteceu é

que, por qualquer lapso, essa avaliação lançou os valores como se os edifícios fossem novos, o que fez com que se gerasse uma distorção face à realidade. Trata-se de um aspeto contabilístico que tem que ser retificado em todas contas de gerência anteriores.

Relativamente à 2.^a reserva, está relacionada com a forma como estão a ser financiados os TeSPs e o financiamento atribuído à construção da ESDRM. Neste particular houve uma inscrição incorreta na contabilidade, relativamente à verba recebida para a construção da Escola de Rio Maior. Investimento que foi feito, mas foi descrito de forma incorreta, no sentido de que devia ter sido diluído ao longo de vários anos e a sua inscrição foi feita, num único ano. O que contraria a norma contabilística. Trata-se de uma situação reconhecida por este Fiscal Único, mas que, até agora, não tinha sido sinalizada por nenhum dos Fiscais que têm trabalhado para o Instituto. Trata-se de um problema de inscrição, que tem de ser retificado, no sentido da sua repartição

Paralelamente, também os TeSPs tiveram grande influência nesta reserva, porque os TeSPs são financiados por fundos comunitários, na sequência das candidaturas que o Instituto apresenta. Acontece que, também, aqui se verifica um erro na inscrição já que a mesma se concentra em ano que não corresponde ao pagamento ou recebimento da parte do financiamento.

Trata-se, portanto, de erros que exigem que se proceda à sua correção, de modo que adote um processo de diluição de ambos os financiamentos ao longo do tempo em que o Instituto recebe este financiamento.

A 3.^a reserva, por sua vez, tem a ver com as reconciliações bancárias e resulta do facto de o pagamento de propinas por parte dos Estudantes ser, muitas vezes, efetuado através de transferência bancária para as contas do Instituto, sem procederem à sua identificação, em termos de indicarem o autor da transferência, o que dificulta a conciliação bancária. A receita deu entrada, mas gerou um movimento não identificado ou indexado a um pagamento efetuado por estudantes. Nestes casos, o Tribunal de Contas manda que, seja feito um bolo global, em que se explique tratar-se de receita não identificada.

A 4.^a reserva respeita ao cálculo das provisões que se criam no orçamento da instituição de modo a acautelar, no passivo, a existência de situações que possam não ser cobradas, neste caso a receita. Podem ser situações de propinas, e é a grande maioria das situações, ou de outras situações, por exemplo como o caso de processos judiciais em que o Instituto está

envolvido e em que são pedidas indemnizações que, à cautela, as duas regras da contabilidade mandam proceder a um deferimento do valor que calculamos, para acautelar uma situação futura de condenação ao Instituto de pagamento dessas indemnizações. O Fiscal Único levantou esta questão, porque ao longo dos anos, têm vindo a ser usados critérios diferenciados para o cálculo dos deferimentos, isto é, num ano tem-se utilizado um critério, noutra ano tem se utilizado outro critério. A sua recomendação vai no sentido de se criar um critério único para o apuramento destes deferimentos no orçamento, de forma a que se passe a ter um termo de comparação.

Terminada a apresentação registaram-se intervenções dos Conselheiros presentes, das quais se destacaram:

António Mourão Lourenço - que questionou o Senhor Administrador sobre a norma 26, relativa a contabilidade analítica e o porquê de não ser adotada.

Em resposta a esta questão o Senhor Administrador esclareceu que a contabilidade analítica é de extrema dificuldade, face à dificuldade de calcular o custo de cada centro de custo e que o Fiscal Único referiu que o relatório de gestão apresentado pelo Instituto não está organizado nessa perspetiva, isto é, na perspetiva de apresentar o relatório por centro de custos com os custos diferenciados.

Questionado, pelo mesmo Conselheiro, sobre o porquê de, ainda, não ter sido adotada a Contabilidade Analítica o Senhor Administrador respondeu que ainda não foi implementada, nem neste Instituto nem nos outros.

Cristina Novo – que aproveitou a oportunidade para referir que a maior parte dos assuntos discutidos tinham, todos, a ver com o modelo de funcionamento, gestão e operacionalização desse mesmo funcionamento, adotado pelo IPSantarém, chamando a atenção para a necessidade de o Relatório dever refletir a atividade desenvolvida na Instituição, entendida como um todo, realçando que as Unidades Orgânicas não são estruturas autónomas, têm apenas autonomia científica e pedagógica. Deu, ainda, conta da existência de muitas atividades desenvolvidas nas escolas e que não aparecem refletidas neste documento, questionando a forma como circula a informação.

Leonor Teixeira – que deu conta que, em sua opinião, o documento apresentado consegue fazer um esforço de sistematização de indicadores importantes, conseguindo dar o retrato do Instituto, relativamente, a dimensões importantes.

Aproveitou, todavia, a oportunidade para alertar os presentes para aspetos que se assumem como fragilidades da instituição. Relativamente aos estudantes, deu conta das dificuldades que têm sido vividas de um modo muito intenso por estudantes internacionais e, também, por estudantes deslocados das suas áreas de residência e em situações socioeconómicas mais desfavorecidas.

Trata-se de um problema que, nos últimos tempos, se tem vindo a intensificar e que tem levado a um aumento das questões do acompanhamento psicopedagógico destes estudantes. Depois chamou a atenção para a necessidade de preparar a transição dos novos estudantes para o ensino superior.

Ainda sobre os estudantes em situação de dificuldade, pensa que se devem valorizar mais os espaços de convívio e espaços com acessibilidade de computadores. O ter ou não ter computador é, ainda, uma dificuldade para muitos, para uma fatia muito significativa dos estudantes e estar a desenvolver um determinado tipo de tarefas ou de atividades no telemóvel, não é o mesmo que estar a desenvolver num computador.

Referiu, ainda, as dificuldades criadas pela exígua rede de transportes incapaz de dar resposta aos estudantes que sem ter meios económicos que lhes permita arrendar uma casa/quarto, se têm de deslocar diariamente das suas áreas de residência.

Em relação ao corpo docente, dá conta de alguma instabilidade, que se resolve pela abertura de concursos que promovam a integração dos docentes contratados, falando, ainda, da saúde mental dos professores e da carga excessiva de trabalho, naquilo que é a acumulação de horas letivas com cargos, funções e, nomeadamente, coordenações.

Pensa que, um aspeto importante e que pode ser valorizado de uma outra forma tem a ver com a componente curricular dos estágios nos vários cursos, das várias escolas e a componente da intervenção na comunidade associada a esses mesmos estágios, por serem um espaço de intervenção, desenvolvido através de projetos e entidades não financiados, que dão visibilidade ao Instituto, contribuem para a procura de emprego e promovem a prestação de serviço por parte das escolas e do Instituto.

Aproveitou, ainda, para agradecer os esclarecimentos dados pelo Senhor Administrador sobre o parecer do Fiscal Único, atendendo à dificuldade que teve na interpretação.

Maria do Céu Roldão – que dando conta do seu voto favorável aos documentos apresentados, refere preocupações que os mesmos lhe suscitam, sobretudo o relativo à Conta Anual Consolidada apelando ao Senhor Presidente do Instituto para que as reservas sejam convenientemente resolvidas para que não constem do Parecer do Fiscal Único do documento a apresentar no próximo ano.

António Mourão Lourenço – que questionou sobre a falta do Balanço. Em resposta, o Senhor Presidente comprometeu-se a enviar o documento em falta.

De seguida, e tendo em conta que, nos termos do disposto no artigo 15.º n.º 4 dos Estatutos do IPSantarém, a aprovação do relatório anual de atividades é obrigatoriamente precedida de um parecer, a elaborar e aprovar pelos membros externos deste Conselho, o Presidente do Conselho Geral, informou os presentes que foi elaborado um Parecer versando as duas propostas (o Relatório de Atividades e a Conta Anual Consolidada relativa ao ano de 2021) que, depois de validado por todos os membros externos, vai ser lido pela Senhora Secretária deste Conselho.

Depois de lido o parecer, o Senhor Presidente do Conselho Geral colocou o documento a debate, passando a palavra aos Conselheiros que a pretendessem usar, para, querendo, se pronunciarem acerca do mesmo. Sobre o documento intervieram vários conselheiros com pedidos de esclarecimento a que o Presidente do IPSantarém deu resposta.

Como não houve mais nenhuma questão, o Presidente do Conselho Geral submeteu: à votação dos presentes as propostas de:

a) **Relatório Anual das Atividades do IPSantarém**, tendo obtido os seguintes resultados:

- ✓ Contra: 0 votos;
- ✓ Abstenções: 2 votos;
- ✓ A favor: 9 votos.

Proposta aprovada por maioria dos votos dos membros presentes na reunião.

b) **Conta Anual Consolidada relativa ao mesmo ano de 2021**, tendo obtido os seguintes resultados:

- ✓ Contra: 0 votos;
- ✓ Abstenções: 2 votos;
- ✓ A favor: 9 votos.

Proposta aprovada por maioria dos votos dos membros presentes.

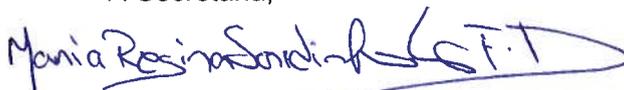
Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Martinho, congratulando-se com a forma como decorreu a reunião, designadamente com os contributos dados pelos Intervenientes, para a reflexão que foi feita sobre os mesmos e, ainda, sobre a situação do Instituto (oportunidades e fragilidades que se colocam ao seu desenvolvimento), deu por encerrada a reunião, pelas 20:34 horas, da qual se lavrou a presente Ata, com tudo o que de relevante nela se passou e que, depois de lida, vai ser assinada por mim que a secretariei e pelo Senhor Presidente do Conselho Geral.

O Presidente do Conselho Geral,



(Hermínio Martinho)

A Secretária,



(Regina Ferreira)